

MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

1- Prescrição Penal – é causa extintiva da punibilidade prevista no art. 107, IV do CP. Consiste no prazo que não pode ser ultrapassado pelo Estado na concretização da pretensão punitiva ou na efetivação da pretensão executória, ou seja, o Estado tem o direito de punir, e esse direito se concretiza com a prática do delito, mas não é eterno, há um lapso temporal para que o Estado consiga exercê-lo, do contrário estará extinta a punibilidade. A prescrição pode ser dividida inicialmente em prescrição da pretensão punitiva – PPP, que ocorre antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, e a prescrição da pretensão executória – PPE, quando já houve o trânsito em julgado da condenação.

2- Imprescritibilidade: Somente a CF/88 pode prever imprescritibilidade – art. 5º, XLII – Racismo e no art. 5º, XLIV para o crime de grupos armados que atentem contra o Estado Democrático. O STF e o STJ entendem que previsões de imprescritibilidade constantes de convenções internacionais não podem ser aplicadas internamente, quando não previstas por leis internas.

3- Prescrição da Pretensão Punitiva – PPP – entre o crime e a obtenção de uma sentença condenatória transitada em julgado, considerando cada intervalo entre causas de interrupção neste período.

3.1- Prazo da PPP: a prescrição antes de transitar em julgado a sentença será regulada pela pena máxima em abstrato cominada para o crime, observadas as regras do art. 109, I a VI, do CP. Os mesmos prazos são utilizados nas penas



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

restritivas de direitos. As causas de aumento e de diminuição de pena devem ser consideradas para o cálculo da prescrição, e esta é a posição jurisprudencial majoritária, com exceção das causas referentes ao concurso de crimes, uma vez que, em caso de concurso, a extinção da punibilidade e a prescrição são analisadas para cada crime separadamente.

Ex.: De cálculo de pena máxima com causa de diminuição de pena – pegue a pena máxima do crime e diminua da menor diminuição, teremos a pena máxima específica daquele crime.

Crime de roubo tentado

Art. 157 - pena máxima é de 10 anos (transforme em meses).

Art. 14 – a menor diminuição da tentativa é 1/3.

10 anos = 1/3 de 120 meses = 40 meses = 3 anos e 4 meses

*10 anos – 3 anos e 4 meses = **6 anos e 8 meses.***

Ex.: cálculo de pena máxima com causa de aumento de pena – pegue a pena máxima do crime e aumente da maior fração do aumento.

Roubo com aumento de pena da arma de fogo – art. 157, §2º- A.

Pena máxima – 10 anos e aumento de pena de 2/3.

10 anos = 2/3 de 120 meses = 80 meses = 6 anos 8 meses

16 anos e 8 meses.



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

Após descobrir a pena máxima do crime, o prazo será determinado pelo art. 109, do CP, que estabelece uma espécie de tabela considerando os intervalos de pena abaixo:

<i>Prazo Prescricional</i>	<i>Pena máxima</i>
<i>vinte anos</i>	<i><u>superior</u> a doze</i>
<i>dezesseis anos</i>	<i><u>superior</u> a oito anos e não excede a doze</i>
<i>doze anos</i>	<i><u>superior</u> a quatro anos e não excede a oito</i>
<i>oito anos</i>	<i><u>superior</u> a dois anos e não excede a quatro</i>
<i>quatro anos</i>	<i><u>igual</u> a um ano ou, sendo superior, não excede a dois</i>
<i>3 (três) anos</i>	<i>é inferior a 1 (um) ano</i>



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

- Redução dos prazos de prescrição

Art. 115 - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

- Redução no caso do maior de 70 anos:

- Data da prolação da sentença e não do trânsito em julgado – STF HC129.696

- Sentença deve ser entendida como primeira decisão condenatória STJ EREsp 749912/PR.

- Acórdão condenatório nas ações penais originárias de tribunais.

- Acórdão condenatório que reforma sentença absolutória.

- Acórdão que traz modificação relevante na condenação – STJ EDcl no REsp 1.301.820/RJ.

- Decisão do Embargos de Declaração em caso de modificação da decisão embargada – STF AP 516/DF

OBS.: A reincidência do agente não influencia na PPP, conforme dispõe o enunciado 220 da Súmula do STJ. A reincidência somente aumenta o prazo prescricional da prescrição da pretensão executória, por força do disposto no caput, do art. 110, do CP.



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

3.2 – início da contagem do prazo da PPP:

Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

*I - do dia em que o **crime se consumou**;*

*II - no **caso de tentativa**, do dia em que **cessou a atividade criminosa**;*

*III - nos **crimes permanentes**, do dia em que **cessou a permanência**;*

*IV - nos de bigamia e nos de **falsificação ou alteração de assentamento do registro civil**, da data em que o **fato se tornou conhecido**.*

*V - nos crimes contra a **dignidade sexual de crianças e adolescentes**, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima **completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal**.*

OBS: No caso do inciso V, do art. 111, havendo denúncia do Ministério Público, o início do prazo prescricional será a data do oferecimento da denúncia, apesar da lei não ser clara neste sentido, é o entendimento que prevalece na jurisprudência, conforme decidiu o STJ no HC 482116.



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

3.3 – Causas Suspensivas da prescrição

– Durante o período de suspensão a prescrição fica paralisada, quando o a causa suspensiva desaparecer a prescrição retomará o seu curso **a partir de onde parou**, não há reinício do prazo. As causas suspensivas da PPP estão previstas **nos incisos, do caput, do art. 116** e em outros dispositivos legais:

Art. 116 - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre:

I - enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime;

II - enquanto o agente cumpre pena no exterior;

III - na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis; e (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Obs.: causa impeditiva condicional

IV - enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.

OBS: Não retroagem.

- Há outras causas suspensivas previstas em leis especiais:

- Suspensão condicional do processo – art. 89 da Lei 9099/95;
- Parcelamento nos crimes tributários – art. 83, §§ 2º a 4º da Lei 9430/96;
- Citação por edital com não comparecimento e não constituição do advogado – art. 366 do CPP e Súmula 415 do STJ;



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

- Sustação pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado dos processos criminais contra parlamentares – CF/88 – Art. 53, §5º.

3.4. Causas Interruptivas:

- As causas interruptivas da prescrição são circunstâncias que fazem com que o prazo prescricional se reinicie, ou seja, quando ocorre uma causa interruptiva a prescrição recomeça a ser contada. As causas interruptivas estão previstas no art. 117, incisos I a IV, do CP:

Causa interruptiva	Comentário
<i>I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa</i>	<ul style="list-style-type: none">- <u>não é o oferecimento</u> e sim o recebimento;- o acórdão que reforma a decisão de rejeição, recebendo a denúncia – STF Súmula 709.- a decisão que recebe o aditamento só interrompe se incluir novo crime – STJ HC 188.471/ES
<i>II - pela pronúncia;</i>	<ul style="list-style-type: none">- exclusiva para os crimes dolosos contra a vida;- o acórdão que reforma a decisão de impronúncia, desclassificação ou absolvição também interrompe;- STJ Súmula 191 – a pronúncia interrompe, mesmo que o júri desclassifique depois o crime.



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

<i>III - pela decisão confirmatória da pronúncia</i>	- decisão do recurso defensivo contra a decisão de pronúncia que a confirmou.
<i>IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis</i>	<ul style="list-style-type: none">- publicação e não prolação da sentença condenatória recorrível;- sentença absolutória não interrompe;- publicação do acórdão que reforma a sentença absolutória, inovando na condenação;- acórdão meramente confirmatório – STJ – não interrompe (EDcl no AgRg no REsp 1854352 / RR). Mas no pleno do STF já se formou maioria no sentido contrário, no HC 176473 – Inf. 965.

§ 1º - Excetuados os casos dos incisos V e VI deste artigo, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime. Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles.

§ 2º - Interrompida a prescrição, salvo a hipótese do inciso V deste artigo, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

3.5- Prescrição Retroativa:

- Consiste na possibilidade de nova verificação da prescrição da pretensão punitiva, nos vários intervalos entre as causas interruptivas, após recalcular o prazo prescricional com a pena aplicada na sentença, quando transitada em julgado a sentença para a acusação, por força no disposto no art. 110, §1º.

Obs.: a partir da lei 12234/10 a prescrição retroativa só poderá ser analisada nos intervalos prescricionais localizados a partir do recebimento da denúncia.

3.6- Prescrição Superveniente ou intercorrente:

- Ocorre no período compreendido entre a publicação da sentença ou acórdão condenatório, causas interruptivas, e o trânsito em julgado da sentença.



MARATONA DE PRESCRIÇÃO PENAL – FELIPE VIEITES NOVAES

Material de acompanhamento das aulas

3.7- Prescrição pela pena hipotética, virtual, projetada, antecipada ou em perspectiva:

- seria a antecipação do cálculo da prescrição levando em conta uma previsão da pena que será fixada em caso de condenação, ou seja, levando em conta a pena hipotética fundada nos elementos da denúncia ou da queixa.
- não é admitida pelos nossos tribunais superiores, conforme a Súmula 438 do STJ e conforme decidiu o STF no RE 602.527/RS.

Linha do Tempo:

